

Crescimento Econômico, Pobreza e Desigualdade de Renda: o que Sabemos Sobre Eles?

Autor

FLÁVIO ATALIBA BARRETO

Ensaio Sobre Pobreza Nº 01

Dezembro de 2005



Crescimento Econômico, Pobreza e Desigualdade de Renda: o que Sabemos Sobre Eles?

Flávio Ataliba Barreto*

Resumo

Este artigo apresenta algumas questões que estão no centro do debate nos últimos anos sobre a literatura referente à relação entre crescimento, desigualdade e pobreza. Nós apresentamos a discussão focando as principais definições do que seja “crescimento pró-pobres” por diferentes autores. Diante das evidências levantadas o que podemos dizer é que o crescimento econômico é fundamental para a redução da pobreza e em princípio ele não tem efeito sobre a desigualdade. No entanto seus efeitos são mais potencializados sobre os mais pobres quando eles são acompanhados por políticas redistributiva.

Abstract

This paper discusses some questions that are in the core of the debate on the relationship between economic growth and income inequality and poverty. The discussion is focused on the main definitions of what is “pro-poor growth”. This paper shows that the empirical evidence supports that economic growth is crucial for reducing poverty. In addition, economic growth seems to be not associated with an increase in income inequality. Moreover, the impact of economic growth on poverty is augmented when economic growth goes along with policies aimed to redistribute income.

* Doutor em Economia FGV/RJ e Pós-Doutor em Economia pela Universidade de Harvard.
Professor do Curso de Pós-Graduação em Economia CAEN/UFC
Pesquisador do Laboratório de Estudos da Pobreza-LEP/CAEN
Contato: ataliba@ufc.br

Crescimento Econômico, Pobreza e Desigualdade de Renda: o que sabemos sobre eles?

I. Introdução

Uma das mais importantes metas em desenvolvimento econômico é o esforço em reduzir a pobreza que pode ser acompanhado por crescimento econômico e/ou redistribuição da renda. Apesar desse tema ser uma das áreas mais discutidas nos últimos anos, não se tem ainda um consenso de quais são as reais relações entre pobreza, crescimento econômico e desigualdade.

Naturalmente, algumas questões passam a ser fundamentais no debate e determinam em grande parte a agenda de pesquisa nessa área nos dias atuais. Dentre as mais importantes podemos indagar: o que significa pobreza, como medi-la e quais são seus principais condicionantes? Alguma estratégia de crescimento poderia ser direcionada para os mais pobres? A desigualdade é afetada pelo crescimento ou é o crescimento que altera os níveis de desigualdade em uma economia? Qual a importância do crescimento para reduzir a pobreza comparativamente à desigualdade?

Este artigo tem como preocupação fundamental fornecer uma breve síntese da literatura mais recente que envolvem essas questões, tanto de seu ponto de vista empírico como teórico, e apresentar as principais conclusões que já podem ser apreendidas da literatura. Inicialmente, iremos discutir algumas definições do que seja “crescimento pró-pobres” e posteriormente, apresentaremos um conjunto de trabalhos que analisam a contribuição relativa do crescimento da renda e de sua mudança distribucional sobre a pobreza.

Essa discussão é relevante uma vez que mesmo se os pobres responderem a ambos os fatores, é importante conhecer o peso que se deve dar a essas políticas. Noutro sentido, daremos ênfase também a uma parte da literatura que discute a relação entre crescimento e desigualdade, focalizando especialmente o impacto potencial que o crescimento tem sobre a desigualdade e vice-versa.

II. O que Podemos Considerar como “Crescimento Pró-Pobres”?

É importante termos em mente que toda discussão a respeito das políticas que deveriam ser utilizadas para reduzir a pobreza deve ter como elemento chave à definição do que venha ser crescimento “pró-pobres”. Nesse sentido, a construção do debate deve partir de uma questão fundamental: o que é reduzir significativamente a pobreza? Em que nível os pobres deveriam se beneficiar do crescimento econômico para que ele seja considerado “pró-pobres?” Políticas “pró-pobres” são sensíveis às medidas de pobreza utilizadas?

Como abordado em Lopez (2004a), para termos uma resposta consistente a essas questões, podemos considerar quatro visões do problema que se complementam. Numa primeira abordagem consideraremos crescimento “pró-pobres” se a participação da renda dos mais pobres da população crescer mais que proporcionalmente ao crescimento da renda média da economia, o que implicaria, neste caso, que a desigualdade cairia com o crescimento.

Numa segunda definição, atribuída a White e Anderson (2000), a participação dos pobres na renda cresceria pelo menos tão quanto à participação de sua população. Isso implicaria que a renda per capita dos mais pobres tenderia a aumentar, o que implicaria numa queda da desigualdade absoluta.

Numa outra definição, proposta por Kalkwani e Pernia (2000), dever-se-ia fazer uma comparação de mudanças na pobreza devido ao crescimento econômico, (mantendo a desigualdade constante) e mudanças na pobreza devido a alterações reais na desigualdade. Os autores avaliam o crescimento ser “pró-pobres” a partir da relação entre esses dois índices, necessitando para tal que ele seja maior que a unidade.

Por fim, numa abordagem mais simples da questão, crescimento “pró-pobres” é analisado apenas focando-se a relação entre pobreza e crescimento. Neste caso ele pode ser considerado dessa forma se simplesmente for capaz de reduzir a pobreza para uma determinada medida pré-estabelecida independente do que ocorre

com o nível de desigualdade (Ravallion e Chen, 2003). Desta forma, utilizando-se esse conceito, um episódio de crescimento não será considerado “pró-pobres” somente se a renda dos mais pobres ficar estagnada ou mesmo se reduzir.

Apesar das abordagens acima serem bastante práticas e com um grande apelo intuitivo, elas apresentam algumas limitações operacionais que merecem ser destacadas. Num primeiro caso, considere, por exemplo, a possibilidade de implementação de um pacote de medidas que possam aumentar a renda média da economia em 2% enquanto que a renda dos mais pobres se elevasse em 3%. Por outro lado, suponha também que tivéssemos um outro programa em que a renda média da economia pudesse crescer 6% enquanto a renda das famílias mais pobres aumentasse em 4%.

É evidente que no primeiro caso houve uma redução na concentração da renda enquanto no segundo ela passou a ser maior, mas é claro também que a renda dos mais pobres no segundo cenário aumentou mais que no primeiro. Sendo assim, se investigássemos o problema analisando apenas o problema da desigualdade, o primeiro cenário seria preferível ao segundo, mas se discutíssemos a questão apenas do ponto de vista da evolução da renda absoluta dos mais pobres, o segundo passaria a ser prioritário.

Um outro tipo de preocupação refere-se à possibilidade de intervenções públicas que tenham a intenção de reduzir a desigualdade, mesmo que prejudicasse o crescimento econômico. Apesar das políticas públicas redutoras de desigualdade serem algo importante e que não devam ser negligenciadas, não se pode desconsiderar a importância do crescimento da renda, pois a sociedade como um todo poderia até mesmo ter uma perda de bem-estar com políticas exclusivamente de redução de desigualdade.

Por fim, considere também o caso em que uma economia cresça a renda média num determinado período de tempo 30% enquanto que a renda dos mais pobres se eleve em apenas 1%. Na conjectura de Ravallion e Chen (2003) esse episódio seria considerado “pró-pobres”, o que poderia ser questionável dado evidentemente à desproporção de taxas. Deste modo, torna-se evidente que não se tem uma definição

considerada “ideal” para um evento ser considerado de crescimento “pró-pobres” e muitas interpretações surgem naturalmente na discussão.

III. A Relação Triangular: Pobreza, Crescimento e Desigualdade.

O que podemos dizer, a partir da recente literatura, da relação existente entre mudanças no nível de pobreza provenientes de mudanças no seu nível de renda média (crescimento econômico) e mudanças na desigualdade da renda (redistribuição da renda)? Este é o ponto central desse debate e sugere que estratégias sensíveis de redução da pobreza deverão ter como um dos elementos fundamentais a importância do crescimento econômico na redução da pobreza vis-à-vis as políticas de redução das desigualdades. Mas qual a importância relativa de cada elemento, ou seja, o que é mais importante para o combate à pobreza, aumentar a renda média da economia ou reduzir a desigualdade?

Recentemente, Kraay (2004) deu uma importante contribuição nessa direção. Ele decompôs para uma amostra de países em desenvolvimento durante os anos 80 e 90 a pobreza em três componentes: uma alta taxa de crescimento; uma alta sensibilidade da pobreza para o crescimento; e um padrão de crescimento que reduz a pobreza. Seus resultados sugerem que no médio e longo prazo muitas das variações na pobreza podem ser atribuídas à mudanças na renda média sugerindo que políticas e instituições que promovam o crescimento de forma ampla seriam fundamentais para o bem-estar dos mais pobres.

Ademais, o restante desta variação seria explicado por mudanças na renda relativa e pouco devido à sensibilidade da pobreza com respeito ao crescimento econômico. Outro resultado relevante é que ele encontra evidência de que a importância do crescimento econômico para a redução da pobreza declina quando se vai do índice de pobreza *headcount poverty* para o *squared poverty gap*. Ou seja, seus resultados apontam que quanto mais a medida de pobreza for sensível na base da distribuição de renda dos indivíduos mais pobres, mais peso dever-se-ia dar à distribuição de renda no processo de crescimento econômico.

Em dois artigos distintos, Ravallion (1997, 2004) apresenta um modelo empírico que procura estimar a relação entre elasticidades renda-pobreza e renda-desigualdade inicial. As estimativas sugerem que 1% de acréscimo no nível de renda levaria a uma redução na pobreza de 4,3%, para países de baixa desigualdade ou 0,6% para países de alta desigualdade. Neste sentido, ele conclui que crescimento terá pouco efeito sobre a pobreza, a menos que ele traga consigo uma queda na desigualdade.

Bouguignon (2003) e Lopez e Serven (2004) também apontam que a desigualdade é um elemento fundamental para reduzir a pobreza e que crescimento por si só pode não ser um elemento importante nesse processo. A tabela 1 abaixo, tomada desse segundo estudo e também discutida em Lopez (2004), apresenta a parte da variância nas mudanças na pobreza que seriam devido ao crescimento como uma função de diferentes níveis de desigualdade e desenvolvimento.

Tabela 1. Participação da variância de mudanças da pobreza devido ao crescimento.

Linha de Pobreza 2	Gini			
	0.3	0.4	0.5	0.6
.16	0.19	0.16	0.12	0.08
.33	0.37	0.31	0.23	0.17
.50	0.56	0.47	0.34	0.25
.66	0.75	0.64	0.50	0.28
.90	0.92	0.84	0.69	0.50
1.1	0.99	0.98	0.86	0.64

Fonte: Lopez e Serven (2004)/ Linha de pobreza como porção da renda per capita.

Deve-se ter em mente, nesta tabela, que uma alta entrada, ou seja, valores próximos da unidade seriam uma estimativa de que mudanças na pobreza são devidas principalmente ao crescimento econômico, enquanto que baixa entrada seria devido à redução na desigualdade. Pode-se verificar que para um dado nível de desigualdade, quanto mais pobre é um país, mais importante torna-se o crescimento econômico em explicar a pobreza. Ou seja, em países mais pobres, uma estratégia de combate à

pobreza com viés para o crescimento seria a chave para reduzir a pobreza e os *policy makers* poderiam estar desejosos em trocar pequena piora na desigualdade por mais rápido crescimento. Em contraste, nos países mais ricos, como por exemplo, com uma linha de pobreza equivalente a 33% da renda per capita, o crescimento explica muito pouco mudanças na pobreza.

Por essas evidências podemos intuir que em países com baixa renda e baixa desigualdade, a estratégia adequada para reduzir a pobreza é estimular o crescimento, enquanto que países mais ricos e mais desiguais, as medidas corretas deveriam combinar crescimento com políticas que possam reduzir a desigualdade.

Usando o teorema de Atkinson e uma curva de Lorenz generalizada, Son (2004) desenvolve uma “Curva Pobreza-Crescimento” que evidencia se o crescimento econômico de um determinado país num período específico de tempo é “pró-pobres” ou não. Seus resultados apontam que para uma amostra de 87 países e 241 taxas de crescimento de 1996 a 2000, em 95 casos o crescimento foi pró-pobres e em 94 não. No resto das evidências ou a taxa de crescimento foi negativa ou não se pode estabelecer alguma conclusão devido à ambigüidade dos resultados. É evidente que a magnitude da desigualdade a partir da curva de Lorenz generalizada influencia tais resultados.

Neste contexto, a literatura no Brasil, apesar de forma mais tímida tem apresentado alguns estudos nessa direção. Hoffmann (1995) faz uma análise do que ocorreu com as medidas de pobreza e desigualdade de renda no Brasil de 1960 a 1990. Ele conclui que na década de 70 houve substancial redução da pobreza absoluta no país graças ao crescimento da renda per capita, com relativa estabilidade na desigualdade. Já na década de 80, a década perdida, houve um aumento da pobreza com a estagnação econômica e aumento da desigualdade devido à inflação.

Noutro sentido, De Lima, Barreto e Marinho (2003) usando dados em painel, calcularam elasticidades renda-pobreza e desigualdade-pobreza para os estados brasileiros de 1985 a 1999. Seus resultados apontam que a pobreza é mais sensível à políticas que promovam a concentração de renda do que o aumento da renda média. Conclusão semelhante é encontrada em Menezes e Pinto (2004) onde dar-se ênfase à

necessidade de políticas de redistribuição de renda como forma de estimular o crescimento e reduzir a pobreza.

Por fim, mais recentemente, Hoffmann (2005) utilizando uma distribuição da renda *log-normal* para o Brasil e Unidades da Federação em 1999, mostra que um aumento de 1% no rendimento médio no Brasil leva a um aumento de 0,84% na proporção de pobres e que o valor absoluto dessa elasticidade cresce com o rendimento médio e decresce com o aumento da desigualdade da distribuição. Esses resultados reforçam de certa forma as evidências de que políticas de combate à pobreza através do crescimento são mais efetivas quando acompanhadas da redistribuição de renda.

IV. A Relação Crescimento Econômico - Desigualdade

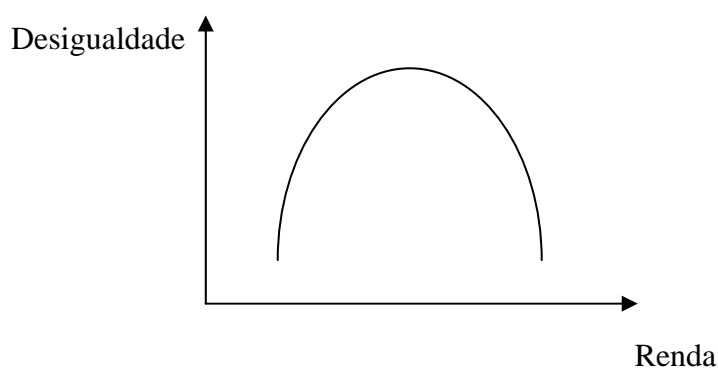
A questão de como a desigualdade é gerada e como ela se reproduz através do tempo tem sido uma grande preocupação dos cientistas sociais há mais de um século. No entanto a relação entre desigualdade e o processo de desenvolvimento está longe de ser bem entendido. Primeiro podemos investigar os efeitos do crescimento sobre a desigualdade e depois da desigualdade sobre o crescimento, ambos em uma economia de mercado. Nesse sentido a literatura oferece um número grande de estudos teóricos e empíricos focalizando o *link* potencial entre esses dois fenômenos. Abaixo, discutiremos alguns dos principais estudos.

Efeito do Crescimento sobre a Desigualdade

A hipótese de Kuznets do “U invertido” é o ponto de partida nessa vertente e considera que a distribuição de renda piora no estágio inicial de desenvolvimento quando a economia se movimenta da área rural em direção à industrialização. Segundo Kuznets, quando a economia vai se industrializando, trabalhadores mais produtivos se deslocam para a indústria aumentando o diferencial de rendimentos entre os setores e dentro do novo setor.

Neste caso, a desigualdade de renda aumentaria. No entanto, com o aprofundamento desse processo, os ganhos de produtividade dentro do setor industrial iriam se espalhando dentro deste segmento e com a redução da participação do setor rural no peso da economia a desigualdade geral tenderia a diminuir. O efeito final desse processo é uma relação entre desigualdade e nível de renda na forma de um “U invertido”, como pode ser visualizado na figura 1 abaixo.

Figura 1



Mais recentemente, no entanto, um grande número de modelos econômicos tem mostrado que o progresso tecnológico, como motor do crescimento econômico, pode levar a maior desigualdade se ele é não neutro, ou seja, se ele for capaz de afetar a produtividade de diferentes tipos de trabalho em diferentes maneiras. Por exemplo, se a introdução de novas tecnologias aumentar a demanda por trabalho qualificado relativo ao não qualificado, a desigualdade poderia crescer. Assim, maior crescimento, associado à incorporação de melhores tecnologias e maior demanda por trabalhos qualificados poderiam levar a maiores desigualdades.

Por outro lado, podemos também considerar que se maior crescimento estiver associado ao progresso tecnológico e se ele provocar um aumento no médio prazo na oferta de trabalhadores qualificados e na redução do prêmio das habilidades, o impacto do progresso tecnológico poderia ser ambíguo sobre a desigualdade.

Efeito da Desigualdade sobre o Crescimento

A partir da segunda metade da década de 80 e início da década de 90 ressurgiu um grande interesse nos determinantes do crescimento econômico. O desenvolvimento da teoria do crescimento endógeno e a disponibilidade de dados comparável de renda e taxas de crescimento para uma larga amostra *cross-section* tem permitido se investigar as causas empíricas das diferenças de renda ente países. Dentro dessa vasta literatura, vários estudos têm se preocupado em analisar o impacto da desigualdade sobre o crescimento econômico.

Nessa perspectiva, como bem documentado em Lopez (2004b), alguns modelos mostram que a desigualdade pode tanto prejudicar o crescimento econômico como também estimulá-lo. Um primeiro conjunto de argumentos na primeira direção é apresentado por Alesina e Rodrik (1994). Usando idéias de economia política, esses autores consideram que essa causalidade está baseada em três premissas básicas: num primeira premissa teríamos o fato de que os gastos governamentais e uma política tributária redistributiva seriam negativamente relacionados ao crescimento devido a seus efeitos perversos sobre a acumulação de capital;

Num segundo aspecto, como as alíquotas dos impostos tenderiam a ser proporcionais à renda e os benefícios dos gastos públicos são ofertados igualmente para todos os indivíduos, isto implicaria que os níveis de gastos e impostos preferidos por eles seriam inversamente relacionados à suas rendas. Por fim, a carga tributária escolhida pelo governo é aquela escolhida pelo eleitor mediano. Deste modo, esse conjunto de fatores implicaria em menor acumulação de capital e por extensão menor crescimento econômico.

Nessa direção, um segundo argumento estaria baseado em questões relacionadas à instabilidade sociopolítica, como discutido em Alesina e Peroti (1996). Assim duas hipóteses são levantadas: sociedades altamente desiguais criam incentivos para os indivíduos se engajarem em atividades fora do mercado normal, tais como crimes, drogas, contrabandos, etc. Por outro lado, a instabilidade sociopolítica

desencorajaria a acumulação de capital devido aos distúrbios presentes e as incertezas futuras que se geram.

Ainda na concepção de que desigualdade seria prejudicial ao crescimento econômico temos os argumentos de Galor e Zeira (1993) sobre a presença de restrição de crédito. Segundo esses autores, o processo de desenvolvimento econômico é caracterizado pela complementaridade entre o capital físico e capital humano, tal que o crescimento aumenta quando o capital humano também aumenta. Assim, a restrição de crédito prejudicaria os indivíduos mais pobres investirem em capital humano, inibindo portanto o crescimento econômico.

Similarmente, Aghion et al. (1999) mostram que se existem retornos decrescentes com respeito ao investimento individual em capital e se investimentos individuais são uma função crescente das dotações iniciais, então a desigualdade deprimiria o crescimento, pois concentraria os investimentos com retornos marginais menores e a favor daquelas pessoas mais ricas.

É importante observar que mesmo que esses argumentos colocados acima predigam que desigualdade prejudica o crescimento, eles ponderam de forma diferente o impacto da redistribuição sobre o crescimento. O argumento de economia política é baseado na premissa que mudança distribucional progressiva tem um impacto negativo sobre o crescimento.

Isto ocorreria porque reduziria os incentivos de esforço do trabalho pelo lado daqueles que recebem renda e desencorajaria os investimentos daqueles que transferem recursos para o governo. Por outro lado, pelo argumento da instabilidade sociopolítica e da restrição de crédito, a redistribuição teria um impacto positivo sobre o crescimento econômico, uma vez que ela provocaria a redução das incertezas, a redução das restrições e o aumento dos investimentos em setores com mais alta taxa de retorno.

Ademais, temos aqueles que consideram que a desigualdade possa estimular o crescimento econômico. Bourguignon (1981), por exemplo, considera que este efeito ocorre devido ao diferencial existente na propensão a poupar entre ricos e pobres. Seguindo a hipótese de Kaldor, onde a propensão a poupar dos ricos é maior do que a dos mais pobres haveria uma tendência de que a taxa de investimento fosse mais

elevada em economias onde a desigualdade é maior, o que de certa forma possibilitaria um crescimento mais rápido.

Um outro argumento estaria relacionado à indivisibilidade de investimentos. Se novos projetos requerem grandes somas de recursos e na ausência de um mercado de capital que permite fazer grandes *poolings* financeiros para pequenos investidores, a concentração de riqueza facilitaria o financiamento de novos investimentos e levaria a um mais rápido crescimento. Por fim, Mirrlees (1971) argumenta que o *Trade off* entre eficiência e equidade estimularia o crescimento uma vez que estrutura de salários ou outros rendimentos, forçosamente iguais, levaria ao desestímulo a esforços adicionais o que prejudicaria a produtividade e o crescimento.

A literatura empírica nesses últimos anos tem procurado evidenciar tais questões. Inicialmente pode-se verificar que existe de certa forma um consenso na literatura que crescimento econômico não tem impacto sobre a desigualdade. Os trabalhos de Deininger e Squire (1996), Chen e Ravallion (1997), Easterly (1999) e Dollar e Kraay (2002) reforçam esses argumentos. No entanto, o efeito da desigualdade sobre o crescimento não é ainda conclusivo neste aspecto, corroborando a discussão teórica.

Por exemplo, Alesina e Rodrik (1994) e Perotti (1996), usando dados *cross section* para países, regredem a taxa de crescimento anual média de 1960-85 com a desigualdade inicial (medido pelo coeficiente de Gini e pela participação na renda do terceiro e quarto quintil) e um número de variáveis de controle. Eles mostram que a desigualdade de renda é inversamente relacionada com o crescimento subsequente.

Nessa mesma linha de investigação, Alesina e Perotti (1996) testam se a desigualdade de renda aumenta a instabilidade política e se esta última reduz o investimento. Eles identificam também uma potencial relação positiva entre aumento da desigualdade de renda e maior crescimento econômico. Por outro lado, Li e Zou (1998) e Forbes (2000), revisam os estudos acima usando painel com efeitos fixos, uma vez que consideram que estimativas por OLS são viesadas. Os resultados em Li e Zou (1998) são baseados em efeitos fixos padrões e em Forbes (2000) nas primeiras diferenças dos Métodos dos Momentos Generalizados (GMN). Em ambos os trabalhos

a conclusão é que a desigualdade de renda medida pelo coeficiente de Gini é positivamente relacionada com o crescimento econômico.

Em contraste com os resultados acima, Barro (2000) não encontra relação entre desigualdade e crescimento e que também a taxa de investimento não depende significativamente da desigualdade. Neste estudo, Barro utiliza um 3SLS tratando o efeito fixo de cada país como erros aleatórios. Mesmo resultado é atingido por Lopez (2004b) que utilizando o estimador de Arellano e Bond e um número amplo de variáveis de controle, não encontra evidências de que a desigualdade possa prejudicar o crescimento econômico.

É evidente que o padrão desigual dos resultados acima pode ser explicado por diferentes fatores, como a utilização de variáveis diferentes, amostras diferente, a qualidade dos dados, período de tempos distintos, omissão de variáveis, etc.

Noutra forma de avaliar o problema podemos considerar o caso em que a redistribuição tem impacto positivo sobre o crescimento. O estudo de Easterly e Rebelo (1993) usa várias medidas de redistribuição como alíquotas marginais de impostos, alíquotas médias e gastos sociais e encontram que políticas de redistribuição levam ao maior crescimento. No entanto, apesar de Perotti (1996) ter encontrado que a desigualdade não joga nenhum papel na determinação de alíquotas marginais de impostos, ela tem efeito positivo sobre o crescimento.

Por fim, um maior consenso aparece quando se avalia o impacto da desigualdade de ativos sobre o crescimento econômico. Apesar de Deininger e Squire (1998) não terem encontrado evidências entre desigualdade de renda inicial e crescimento econômico, eles evidenciam que alta desigualdade na posse de terras tem um efeito negativo sobre o crescimento. Em Birdsall e Londoño (1997), encontra-se forte evidência entre crescimento e distribuição inicial de ativos.

V. Conclusões

Este artigo teve a preocupação fundamental em fazer uma breve revisão da literatura a respeito das relações entre crescimento, desigualdade e pobreza tanto a nível teórico como empírico. Diante das evidências levantadas o que podemos dizer é que o crescimento econômico é fundamental para a redução da pobreza e em princípio ele não tem efeito sobre a desigualdade. No entanto seus efeitos são mais potencializados sobre os mais pobres quando eles são acompanhados por políticas redistributivas. Por outro lado, alta desigualdade é por si só um grande empecilho para a redução da pobreza que tem uma grande tendência em se perpetuar se nada for feito.

VI. Bibliografia

Aghion, P., E. Caroli, and C. Garcia-Peñalosa (1999). "Inequality and Economic Growth: The Perspective of the New Growth Theories", *Journal of Economic Literature*,

Alesina, A. and D. Rodrik (1994). "Distributive Politics and Economic Growth." *Quarterly Journal of Economics*, 109(2).

Alesina, A. and R. Perotti (1996). "Income Distribution, Political Instability, and Investment." *European Economic Review*, 40(6).

Barro, R. (2000). "Inequality and Growth in a Panel of Countries", *Journal of Economic Growth*, 5.

Birdsall, N. and J. L. Londoño, (1997). "Asset Inequality Matters: An Assessment of the World Bank's Approach to Poverty Reduction." *American Economic Review Papers and Proceeding*, 87(2).

Bourguignon, F. (1981). "Pareto-Superiority of Unegalitarian Equilibria in Stiglitz' Model of Wealth Distribution with Convex Savings Function." *Econometrica*, 49.

Bourguignon, F. (2003). "The Growth Elasticity of Poverty Reduction; Explaining Heterogeneity Across Countries and Time Periods," in T. Eicher and S. Turnovsky, eds. *Inequality and growth. Theory and Policy Implications*. Cambridge: The MIT Press.

Chen, S. and M. Ravallion (1997), "What Can New Survey Data Tell Us about Recent Changes in Distribution and Poverty?" *The World Bank Economic Review*, 11(2).

Chen, S. and M. Ravallion (2003). "Household Welfare Impacts of China's Accession to the World Trade Organization." *The World Bank, Policy Research Working Paper No. 3040*.

Deninger, K. and L. Squire (1996). "A New Data Set Measuring Income Inequality." *The World Bank Economic Review*, 10(3).

Deninger, K. and L. Squire (1998). "New Ways of Looking at Old Issues: Asset Inequality and Growth." *Journal of Development Economics*, 57.

Dollar, D and A. Kraay (2002). "Growth is Good for the Poor." *Journal of Economic Growth*, 7(3). pp 195-225.

Easterly, W. (1999). "Life During Growth: International Evidence on Quality of Life and Per Capita Income." *Journal of Economic Growth*, 4.

Easterly, W. and S. Rebelo (1993). "Fiscal Policy and Economic Growth: An Empirical Investigation", *Journal of Monetary Economy*, 32:3, 417-58.

Forbes, K. (2000). "A Reassessment of the Relationship between Inequality and Growth." *American Economic Review*, 90(4).

Galor, O. and J. Zeira (1993). "Income Distribution and Macroeconomics." *Review of Economic Studies*, 60(1).

Hoffmann, Rodolfo (1995). "Desigualdade e Pobreza no Brasil no Período 1970-1990. *RBE*. 49, (2): 277-94. Abril/Junho 1995.

Hoffmann, Rodolfo (2005). "Elasticidade da Pobreza em Relação à Renda Média e à Desigualdade no Brasil e nas Unidades da Federação". *Revista Economia*. Julho 2005.

Kakwani, N. and E. Pernia (2001). "What is Pro-Poor Growth?" *Asian Development Review* 18.

Kraay, A. (2004). "When is Growth Pro-Poor? Evidence from a Panel of Countries." The World Bank Policy Research Working Paper No. 3225.

Li H. and H. Zou (1998) "Income Inequality is not Harmful for Growth: Theory and Evidence", *Review of Development Economics*, 2(3).

Lopez, H. (2004a). "Pro-Poor-Growth: A Review of What We Know (and of What We Don't). Mimeo. The World Bank.2004

Lopez, H. (2004b). "Pro-Poor-Pro-Growth: Is There a Trade-Off?" The World Bank, Policy Research Working Paper No. 3378.

Lopez, H. and L. Serven (2004). "The Mechanics of Growth-Poverty-Inequality Relationship", Mimeo, The World Bank.

Lundberg, M. and L. Squire (2003). "The Simultaneous Evolution of Growth and Inequality." *The Economic Journal*, 113.

Menezes, Tatiana Almeida e Rafael F. Pinto (2005). É Preciso Esperar o Bolo Crescer, para Depois Repartir? Anais do VIII Encontro Regional de Economia, Fortaleza, 2005.

Mirrlees J. (1971) "An Exploration in the Theory of Optimum Income Taxation", *Review of Economic Studies*, 38.

Perotti, R. (1996), "Growth, Income Distribution and Democracy." *Journal of Economic Growth*, 1.

Ravallion, M. (1997). "Can High-Inequality Developing Countries Escape Absolute Poverty?" *Economic Letters* 56.

Ravallion, M. and M. Lokshin (2004). "Gainers and Losers from Trade Reform in Morocco." The World Bank, Policy Research Working Paper No. 3368.

Ravallion, M. and S. Chen (2003). "Measuring Pro-Poor Growth." World Bank, Policy Research Working Paper 2666.

De Lima, F. Soares, Flávio Ataliba Barreto e Emerson Marinho. (2003). "Impacto do Crescimento Econômico e da Concentração de Renda sobre o Nível de Pobreza dos Estados Brasileiros". Anais do VII Encontro Regional de Economia, Fortaleza.

Son, Hyun Hwa. (2004). "A Note on Pro-Poor Growth". *Economic Letters*, 82, 2004, 307-314.

White, H. and A. Anderson (2000). "Growth vs. Redistribution: Does the Pattern of Growth Matter?". DFID white paper on Elimination World Poverty; making Globalization Work for the Poor.